Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 87: CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - IV 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 87 Brasília, 23 de agosto de 2017

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 16/06/2017.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 87: CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - IV

1. O crime de extorsão é formal e consuma-se no momento em que a violência ou a grave ameaça é exercida, independentemente da obtenção da vantagem indevida.

Julgados: REsp 1467129/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 11/05/2017; HC 353818/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 24/02/2017; AgRg no AREsp 734658/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 01/10/2015; HC 310452/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 22/04/2015; AgRg no REsp 1325911]/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 04/09/2014; HC 232062/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 25/03/2014; REsp 1327749/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Publicado em 13/06/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 466) (Vide Súmula Anotada N. 96/STJ)

2. No crime de extorsão, a ameaça a que se refere o *caput* do art. 158 do CP, exercida com o fim de obter a indevida vantagem econômica, pode ter por conteúdo grave dano aos bens da vítima.

Julgados: HC 343825/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 21/09/2016; AgRg no AREsp 724776/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 16/03/2016; REsp 1207155/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 26/11/2013; REsp 1327749/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Publicado em 13/06/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 531)

3. O delito de dano ao patrimônio público, quando praticado por preso para facilitar a fuga do estabelecimento prisional, demanda a demonstração do dolo específico de causar prejuízo ao bem público (*animus nocendi*), sem o qual a conduta é atípica.

Julgados: AgRg no AREsp 578521/GO, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 26/10/2016; RHC 056629/AL, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJE 01/08/2016; HC 162662/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 03/08/2015; HC 260350/GO, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 21/05/2014; HC 226021/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 28/06/2012; REsp 1628102/AC (decisão monocrática), Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, Publicado em 30/11/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 135) (Vide Pesquisa Pronta)

4. A ausência de menção expressa ao patrimônio do Distrito Federal no art. 163, parágrafo único, III, do Código Penal torna inviável a configuração da forma qualificada do crime de dano quando o bem danificado for distrital, em virtude da vedação da analogia *in malam partem* no sistema penal brasileiro.

Julgados: AgRg no REsp 1628623/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 28/04/2017; AgInt no REsp 1585531/DF, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJE 10/02/2017; AgInt no AgRg no REsp 1597587/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 14/11/2016; HC 308441/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 31/08/2016; AgRg no REsp 1548522/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 16/03/2016; AgRg no REsp 1522725/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 22/02/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 515)

5. Não é possível a aplicação do princípio da insignificância nas hipóteses de dano qualificado, quando o prejuízo ao patrimônio público atingir outros bens de relevância social e tornar evidente o elevado grau de periculosidade social da ação e de reprovabilidade da conduta do agente.

Julgados: HC 324550/MT, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 28/06/2016; HC 245457/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 10/03/2016; AgRg no AREsp 522783/MT, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 25/11/2014; AgRg no AREsp 330813/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 19/11/2013; HC 188512/RS, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, DJE 21/09/2012; AREsp 876727/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, Publicado em 27/06/2017;

6. O crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP) é de natureza material e exige a constituição definitiva do débito tributário perante o âmbito administrativo para configurar-se como conduta típica.

Julgados: AgRg no REsp 1644719/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 31/05/2017; RHC 044669/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 18/04/2016; RHC 036704/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 26/02/2016; AgRg no AREsp 534251/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 05/11/2015; HC 324131/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJE 23/09/2015; RHC 040411/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 30/09/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 556)

7. O delito de apropriação indébita previdenciária constitui crime omissivo próprio, que se perfaz com a mera omissão de recolhimento da contribuição previdenciária dentro do prazo e das formas legais, prescindindo, portanto, do dolo específico.

Julgados: AgRg no REsp 1477691/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 28/10/2016; AgRg no REsp 1574813/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 01/08/2016; AgRg no AREsp 899927/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 16/06/2016; REsp 1359446/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 28/04/2016; AgRg no REsp 1315984/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 23/02/2016; EDcl no AgRg no AREsp 443776/RS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJE 24/06/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 528) (Vide Pesquisa Pronta)

8. A apropriação indébita previdenciária é crime instantâneo e unissubsistente, sendo a mera omissão de recolhimento da contribuição previdenciária dentro do prazo e das formas legais suficiente para a caracterização da continuidade delitiva.

Julgados: AgRg no REsp 1574813/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 01/08/2016; AgRg no REsp 1315984/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 23/02/2016; AgRg no REsp 1353240/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 28/06/2013; AgRg no REsp 1217274/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 13/03/2013; REsp 1171603/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 26/11/2012; HC 129641/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 19/09/2012;

9. É possível o reconhecimento da continuidade delitiva de crimes de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP), bem como entre o crime de apropriação indébita previdenciária e o crime de sonegação previdenciária (art. 337-A do CP) praticados na administração de empresas distintas, mas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Julgados: AgRg no REsp 1396259/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 30/03/2016; REsp 859050/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 13/12/2013; EDcl no REsp 1212911/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 18/06/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 493)

10. O pagamento integral dos débitos oriundos de apropriação indébita previdenciária, ainda que efetuado após o recebimento da denúncia, mas antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, extingue a punibilidade, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei n. 10.684/03.

Julgados: HC 090308/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 12/06/2015; HC 302059]/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 11/02/2015; AgRg no AREsp 292390/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 03/02/2014; HC 084798/GO, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJE 03/11/2009; REsp 1561070/PE (decisão monocrática), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Publicado em 09/11/2015; REsp 1171938/PB (decisão monocrática), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, Publicado em 03/02/2011;

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 559 e 556)

11. Aplica-se o princípio da insignificância ao crime de apropriação indébita previdenciária, quando, na ocasião do delito, o valor do débito com a Previdência Social não ultrapassar o montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais), previsto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002.

Julgados: REsp 1419836/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 23/06/2017; AgRg no REsp 1639006/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 14/06/2017; RHC 074756/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 19/12/2016; AgInt no REsp 1620729/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJE 10/11/2016; AgRg no REsp 1588990/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 12/05/2016; RHC 059839/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 19/04/2016;

(Vide Pesquisa Pronta)

12. O delito de receptação (art. 180 do CP), nas modalidades transportar, conduzir ou ocultar, é crime permanente, cujo flagrante perdura enquanto o agente se mantiver na posse do bem que sabe ser produto de crime.

Julgados: RHC 080559/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 26/04/2017; AgRg no REsp 1457372/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 03/02/2016; CC 131150/MG, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, DJE 07/04/2015; HC 188195/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 28/10/2011; CC 145272/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, Publicado em 28/04/2017; RHC 053646/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Publicado em 03/10/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 346)

13. No crime de receptação, se o bem houver sido apreendido em poder do acusado, caberá à defesa apresentar prova acerca da origem lícita da *res* ou de sua conduta culposa (art. 156 do CPP), sem que se possa falar em inversão do ônus da prova.

Julgados: HC 388640/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 22/06/2017; HC 392201/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 13/06/2017; HC 376964/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 31/05/2017; HC 366639/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 05/04/2017;

14. Talonário de cheques pode ser objeto material do crime de receptação, dada a existência de valor econômico do bem e a possibilidade de posterior utilização fraudulenta para obtenção de vantagem ilícita.

Julgados: CC 112108/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Rel. p/ Acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 15/09/2014; REsp 1348507/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Publicado em 04/05/2017; AREsp 1040873/MG (decisão monocrática), Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, Publicado em 08/05/2017; REsp 1449787/SC (decisão monocrática), Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, Publicado em 29/09/2015;

15. É inaplicável o princípio da consunção entre os crimes de receptação e porte ilegal de arma de fogo por serem delitos autônomos e de natureza jurídica distinta, devendo o agente responder por ambos os delitos em concurso material.

Julgados: AgRg no REsp 1494204/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 27/03/2017; HC 168171/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 09/11/2011; AgRg no REsp 908826/RS, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), DJE 17/11/2008; HC 055469/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJE 08/09/2008; REsp 1621499/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Publicado em 01/06/2017; AREsp 1081695/SE (decisão monocrática), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, Publicado em 16/05/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 433)

16. Justifica-se a opção do legislador pela imposição de pena mais grave ao delito de receptação qualificada em relação à figura simples pois a comercialização ou industrialização do produto de origem ilícita lesiona o mercado e os consumidores.

Julgados: AgRg no REsp 1497836/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 26/09/2016; EDcl no AgRg no AREsp 154449/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 02/02/2016; AgRg no REsp 1084458/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 26/06/2015; HC 222909/SP, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), QUINTA TURMA, DJE 12/05/2015; AgRg no REsp 1423316/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJE 15/08/2014; AgRg no REsp 1192010/RS, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), DJE 06/12/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 451)